

**Vez
e Voz** N.º 8
II SÉRIE
ANO XVIII
DEZEMBRO 2010

Director

Rogério Roque Amaro

Conselho de Redacção

Carlos Ribeiro

Ilídio Mesquita

Maria do Carmo Bica

Edição e Imagem

António Barata

Propriedade do Título

**Animar - Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local**

Distribuição

Animar

Correspondência

**Rua Antero de Quental
Edifício Ninho de Empresas
Bairro Olival de Fora
2625-640 VIALONGA
Tel.: 21 952 74 57
Fax: 21 952 60 12
E-mail: animar@animar-dl.pt
Http: www.animar-dl.pt**

ISSN: 1646-852X

Revisão: **Gabinete Animar**

Impressão

Tondelgráfica
Rua Abel Lacerda
3400 TONDELA

Revista de distribuição gratuita
aos Associados da Animar.

Tiragem: 1.000 exemplares

**A opiniões expressas nos artigos
são da exclusiva responsabilidade
dos autores**

SUMÁRIO

5 Editorial

Carlos Ribeiro

7 Iniciativas Locais de Emprego e
Empreendedorismo potenciam a animação
da rede Animar

Célia Lavado

35 Raízes, realidades e perspectivas de um
congresso

***Plataforma do Movimento Democracia
Participativa***

41 “Quero um associativismo forte e
combativo, lado a lado com outros
movimentos de cidadãos para o futuro”

Entrevista a Rui d’Espiney

49 Associativismo Cidadão e Espaço Público
Democrático

Fernando Ilídio Ferreira

REGISTOS

55 Contributos do associativismo para a luta
contra a exclusão

Pedro Hespanha





EDITORIAL

Este número da Revista *Vez e Voz* combina duas dinâmicas centrais fortemente influenciadoras da actividade quer da ANIMAR quer das diversas entidades que se empenham diariamente em acções em favor do desenvolvimento local: por um lado intervenções de terreno, envolvendo segmentos muito diferenciados das populações locais e, por outro, iniciativas de reflexão e de projecção estratégica dos rumos a seguir para trilhar os caminhos da sustentabilidade, nos seus diversos pilares e não apenas no estritamente económico.

Os testemunhos dos encontros e das oficinas interactivas realizados no quadro da promoção do emprego, da empregabilidade e do empreendedorismo em diversos pontos do país revelam quanto é importante estar perto dos públicos mais carenciados e mais necessitados de informação e de apoio técnico concreto. De facto, para influenciar as atitudes e os comportamentos dos que pretendem agir mas não dispõem de ferramentas operacionais para dar os primeiros passos e concretizar os seus projectos, a questão da proximidade é crucial e nesta ordem de ideias as parcerias com associações locais são a chave do sucesso.

Na outra vertente mais reflexiva, o Congresso do Associativismo e da Democracia Participativa representou um grande esforço de organização e de promoção de espaços de debate e de troca de experiências numa fase de particular dificuldade e até de enfraquecimento do movimento associativo que procura influenciar a sociedade civil no sentido de uma prática mais efectiva de participação e de cidadania activa. A mensagem de esperança dos participantes e dos dinamizadores vai no sentido do movimento se reforçar em termos de organização e de cooperação e por essa via abrir novos caminhos para a democracia participativa a partir de dinâmicas locais mais consistentes e mais representativas.



Neste número do *Veze Voz* entrevistámos Rui d’Espiney. Com esta iniciativa procurámos aprofundar, na primeira pessoa, alguns dos grandes temas e desafios que se colocam ao movimento associativo em Portugal. Trata-se de expor um pensamento político autorizado e sempre actual e de destacar o homem, a pessoa, o humanista radical que acompanha e interfere nos movimentos sociais que marcam a história de Portugal das últimas décadas.

Carlos Ribeiro

Coordenador da Veze Voz

Director da Animar

Iniciativas Locais de Emprego e Empreendedorismo potenciam a animação da rede Animar

Célia Lavado*
com a colaboração de Paulo Fernandes**

O ACORDO IIEFP/ANIMAR

A Animar representa uma rede de Desenvolvimento Local que tem vindo a promover a inclusão e o apoio de pessoas em situação de risco e exclusão, em territórios urbanos e rurais, no sentido de melhorar as condições que favoreçam e facilitem as iniciativas com incidência económica e social à escala local, levadas a cabo por indivíduos e entidades sem fins lucrativos.

A rede tem levado a cabo acções de promoção de iniciativas de emprego local, de divulgação de produtos e experiências, de animação cultural e económica das comunidades, tendo como base as potencialidades, os recursos, a

* *Técnica da Animar*

** *Assistente Administrativo da ADML - Associação de Desenvolvimento Local do Minho - Lima*

cultura, o património e os agentes locais. Contudo, esta rede necessita de uma estruturação transversal de suporte às actividades desenvolvidas por cada “nó da rede” que passe por acções estratégicas ligadas com a qualificação das organizações, divulgação de práticas e produtos, informação, apoio e dinamização associativa, facilitação de processos de estabelecimento de parcerias e potenciação e valorização da rede enquanto acumulado de experiência e competências.

O Desenvolvimento Local coloca-nos o desafio na forma como intervimos sobre o território, uma vez que a intervenção deverá ser sistémica, de trabalho em parceria e promovendo o *empowerment* das comunidades locais, tendo vindo a desempenhar um papel crescente na promoção da inclusão de pessoas em situação de risco de exclusão, em territórios urbanos e rurais e de organizações, mediante acções de qualificação, de divulgação e informação, de animação económica e cultural e de apoio ao empreendedorismo e emprego.

No actual contexto de crise, para implementar actividades dinamizadas pelas organizações da rede no domínio do apoio ao empreendedorismo e ao emprego, a Animar tem contado muito particularmente com o Acordo Anual IIEFP/ Animar e as acções que apoia. Este acordo tem tido um papel fundamental na dinamização da própria rede e na consolidação de parcerias concretas para alguns problemas locais nos domínios já referidos.

Enfrentar problemas conjunturais e estruturais económicos e sociais exige uma resposta articulada, não sendo possível às políticas públicas por si só, promover o crescimento e o emprego. É necessário apelar à responsabilidade das organizações, no sentido de um forte empenho na prossecução destes objectivos.

O actual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) coloca um conjunto de desafios e preocupações no âmbito da inovação, da qualidade e do território, definindo novas prioridades ao nível das estratégias e parcerias, obrigando e privilegiando novas formas de relacionamento e cooperação interterritorial e institucional. Tendo em conta o enquadramento acima mencionado, o Acordo IIEFP/ Animar tem tido como missão desde 2001, estimular a reflexão e a troca de experiências entre agentes, estudiosos/as e decisores/as do Desenvolvimento Local e da Economia Social e Solidária, promovendo o diálogo entre estes e o Estado.

ACÇÕES LOCAIS DESCENTRALIZADAS - O CAMINHO PARA A ANIMAÇÃO DA REDE

O acordo IIEFP/ Animar de 2010, no âmbito das actividades dinamizadas ao seu abrigo, permitiu:

- a) incentivar a assumpção de modelos de gestão, de organização e aplicação que fomentem a eficiência e eficácia dos processos de intervenção;
- b) fomentar a coesão, a inclusão social e territorial, o bem-estar e a qualidade de vida numa perspectiva de interesse geral, potenciando a comunicação e informação, inter/intra e transterritorial das organizações locais potenciadoras do desenvolvimento;
- c) dinamizar as economias e empregos locais, promover a competitividade solidária e sustentável e incentivar a afirmação da excelência dos lugares, através do apoio e acompanhamento de iniciativas que conduzam à criação de novos postos de trabalho, nomeadamente mediante o auto-emprego, emprego associativo/cooperativo e micro negócios;
- d) promover a integração de pessoas e territórios através das dimensões económica, cultural e social, mediante a criação e dinamização de pólos da rede Animar.

Na generalidade as acções propostas no Acordo de Cooperação para 2010 tiveram como finalidade dotar as organizações da rede Animar de conhecimento e ferramentas ligadas ao empreendedorismo e empregabilidade, fomentando o trabalho em rede e procurando que as mesmas se tornem mais operacionais, eficazes e eficientes na resposta a problemas sociais e económicos que se têm vindo a agudizar em contexto de crise, sendo as actividades de Acompanhamento a Iniciativas Locais de Criação de Emprego, materializadas em *fora* de inovação social em domínios da empregabilidade e empreendedorismo e oficinas de apresentação ou aprofundamento da utilização em rede dos produtos Gestão de Percursos Sociais e Autonomus.

As actividades foram dinamizadas, procurando-se o envolvimento dos associados da rede Animar, através de um processo de metodologias participativas e de *empowerment*, nomeadamente lançando concursos para que todas as organizações da rede tivessem conhecimento das acções a desenvolver e se pudessem candidatar a serem promotoras locais das mesmas.

Estava ainda previsto que a análise das propostas após a sua recepção pudesse ser realizada por uma comissão, integrando pessoas dos corpos sociais, da equipa técnica, mas também pessoas individuais convidadas, de forma a garantir um processo transparente de selecção das mesmas, contudo atendendo que se decidiu que todas as propostas recebidas seriam consideradas, não se operacionalizar o trabalho desta comissão avaliadora por se considerar desnecessário.

As acções que foram desenvolvidas nos territórios, passaram por uma fase inicial de divulgação/sensibilização dos objectivos centrais das acções, tendo as entidades respondido a um caderno de encargos/ficha proposta disponibilizada antecipadamente aquando do lançamento do concurso.

Às acções previstas no âmbito da actividade *Realizar 3 fora de inovação social em domínios da empregabilidade e empreendedorismo*, candidataram-se as entidades da rede: ADLML – Associação de Desenvolvimento Local do Minho-Lima e ADER Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa (2 propostas em concelhos distintos). Adicionalmente e considerando o Financiamento Alternativo e Banca Ética como uma temática ligada à inovação social, a Animar decidiu ainda promover um *workshop* sobre este tema.

Relativamente às acções previstas na actividade *Realizar 3 oficinas de apresentação ou aprofundamento da utilização em rede dos produtos Gestão de Percursos Sociais e Autonomus*, candidataram-se as entidades da rede: FAJUDIS, ADLML e Raia Histórica. Atendendo a compromissos anteriormente assumidos, a Animar realizou ainda em parceria com o IIEFP de Évora uma acção para divulgação do produto GPS aos GIP – Gabinetes de Inserção Profissional do IIEFP do Alentejo.

No quadro do projecto da Animar ao abrigo do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Vila Franca de Xira *Animar o Bairro* foi realizada uma acção para divulgação do produto Autonomus junto da equipa técnica central.

Na fase de divulgação/sensibilização pela rede Animar, privilegiaram-se estratégias que permitiram uma ampla divulgação das acções junto da mesma, nomeadamente recorrendo à divulgação na página *web* da Animar e por e-mail redireccionada para as entidades da rede com este objectivo específico.

Todas estas acções descentralizadas no território contaram com o envolvimento directos dos associados e foram acompanhadas principalmente à distância com a equipa central, permitindo o inter-conhecimento e o desenvolvimento do trabalho em rede.

Este acordo tem-se tornado fulcral ao evitar excessivas perdas de tempo em processos burocráticos que diminuem a eficácia na concretização dos objectivos estabelecidos, desperdiçando recursos essenciais à implementação de acções nos territórios locais, promovendo o *empowerment* das organizações e dos territórios que assumem a organização da acção como resposta a um problema do local, procurando respostas inovadoras no seio das comunidades como alternativas às ofertas existentes, que por vezes já se encontram desacreditadas antes do início da sua operacionalização.

A promoção da igualdade entre as mulheres e os homens é parte integrante da promoção dos direitos humanos que incluem, para umas e para outros, o direito de participarem plenamente, como parceiros iguais, em todos os aspectos da vida. Sem igualdade entre as mulheres e os homens, nunca teremos uma sociedade plenamente justa, democrática, desenvolvida e respeitadora dos seres humanos. Esta dimensão foi assim tida em conta de forma transversal às actividades, dando particular atenção às propostas de divulgação de produtos, práticas ou processos que digam respeito ao empreendedorismo feminino.

EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO - NOVAS FORMAS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Subjacente aos objectivos do acordo que enquadram as actividades poder-se-á destacar o apoio e acompanhamento individualizado a promotores de iniciativas de emprego; a divulgação de instrumentos financeiros; o desenvolvimento de acções de animação económica e cultural para o emprego e inclusão social, a identificação de estrangulamentos apresentando propostas à viabilidade das iniciativas; a facilitação da mobilização de actores locais para o trabalho em rede com base na complementaridade dos recursos territoriais e comunitários existentes, o ensaio de novas metodologias de intervenção em parceria; o apoio a agentes locais no desenho de soluções concretas para as questões do desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo, a partir do compromisso colectivo das instituições e centradas nas necessidades dos territórios e desenvolvendo metodologias de apoio ao potencial de empreendedorismo, desde a génese de uma ideia à criação do projecto.

Nas duas actividades previstas e de que resultaram nove acções distintas, envolveram-se 255 entidades e 361 pessoas, números que ultrapassaram em

larga escala as metas inicialmente traçadas de 184 entidades e 90 participantes.

No sentido de promover uma reflexão sobre as acções dinamizadas e disseminar as suas conclusões, é importante conhecer mais em detalhe os *fora* realizados e o impacte dos mesmos nos territórios e organizações, a partir da informação fornecida pelas próprias entidades, sistematizando o conhecimento da rede nestes domínios.

ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

A ADER Sousa e a ADLML realizaram dois *fora de inovação social* ao abrigo das actividades do Acordo para 2010. Foi traçado pelas entidades como finalidade para as acções contribuir com informação útil para apoiar jovens/adultos na procura e concretização de novas soluções de emprego, promovendo a integração profissional dos/as jovens apoiando a criação de micro-negócios e dinamizando processos de autonomia profissional. Os públicos inicialmente identificados como potenciais participantes foram jovens estudantes, recém-licenciados e à procura do primeiro emprego e jovens adultos desempregados de curta e longa duração.

Para esta finalidade foi essencial a descrição de processos/narrativas de práticas que promovessem o envolvimento de jovens e adultos na orientação e criação do próprio emprego, valorizando as profissões e o território, incorporando metodologias e produtos de apoio à empregabilidade e empreendedorismo.

Ambas as entidades têm uma intervenção territorial em concelhos, onde o aumento do nível de desemprego tem-se agravado nos últimos anos. Por exemplo no caso concreto da ADER Sousa que incide a sua actividade no território das Terras do Sousa, concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, verificou-se nos últimos cinco anos um aumento substancial do desemprego, visível no número de beneficiários/as com subsídio de desemprego por 1.000 habitantes. O Norte é a região portuguesa onde esse indicador apresenta valores mais elevados, traduzindo a profunda crise que afecta a sua base económica. No Tâmega, por seu turno, são os concelhos mais industrializados onde se verificam valores mais elevados: Felgueiras, Castelo de Paiva, Marco de Canaveses, Lousada, Paredes e Paços de Ferreira que registam valores superiores à média nacional (48%), encontrando-se os dois primei-

ros acima da média regional (73,3% e 65,9%, respectivamente), tendo sido uma justificação para que associação elegesse os concelhos de Felgueiras e Lousada para acolher as acções.

No Fórum de Inovação Social realizado em Felgueiras, a iniciativa contou essencialmente com 46 pessoas, nomeadamente alunos e alunas de instituições de ensino (secundário, profissional e superior) e alguns particulares da região do Vale do Sousa, e em Viana do Castelo, a iniciativa contou com mais de 100 pessoas, principalmente jovens em fase de entrada no mercado de trabalho. As principais motivações para apontadas para a sua participação passaram por aumentar a qualificação pessoal, poder prestar melhores serviços aos destinatários finais e trocar experiências com outras pessoas.

O empreendedorismo precisa de ser divulgado como solução de desenvolvimento pessoal e resposta às dificuldades económicas, dando a conhecer as opções e as orientações para dar o primeiro passo como empreendedor/a.

Estes momentos de reflexão criaram na plateia um ímpeto empreendedor através da demonstração de casos de sucesso e por explicitação de métodos para o desenvolvimento de ideias bem como perceber quais as ideias com potencial de sucesso.

Ambas oficinas privilegiaram metodologias que permitissem o contacto com boas práticas e experiências de referência que favorecessem a construção de representações positivas de “projectos” que possam vir a ser desenvolvidos e experiências concretas de promotores e promotoras de auto-emprego. Os/as oradores/as convidados/as por método explicativo e demonstrativo expuseram diversas ideias que obtiveram o sucesso, clarificando algumas das oportunidades de negócio que os/as participantes poderiam aceder no dia-a-dia.

Torna-se assim fundamental junto deste público jovem, discutir o apoio ao empreendedorismo e o papel das escolas no seu apoio, bem como clarificar conceitos e a sua mais-valia no momento actual de crise económica e social. Neste papel activo, as escolas privilegiam cada vez mais nas suas actividades curriculares e extra-curriculares o “espírito” empreendedor e de inovação nos seus e suas estudantes. Em Viana do Castelo, a experiência do Comércio Justo foi apresentada como uma opção de empreendedorismo e os benefícios e oportunidades para quem o potencia.

Como expressou o Director da Escola de Felgueiras *“a escola pode ser encarada como facilitador da criatividade e sentimentos de empreendedorismo na medida*

em que desenvolve actividades culturais, por exemplo, dedicadas à cidadania, ao ambiente e saúde, que levam à formação de uma nova mentalidade, que busca não só o emprego, como alternativas de sustentabilidade e desenvolvimento de capacidade de empreendedorismo... Para além das actividades curriculares, a escola organiza visitas de estudo que permitem aos alunos e alunas contactarem com novas realidades, pessoas e locais diferentes que fomentam novas oportunidades que no futuro podem levar ao empreendedorismo. A melhor forma de se actuar é apostar na educação, pois esta é um forte investimento no empreendedorismo – mais educação, mais formação – e ao apostarmos nesta vertente estamos a prosseguir um ‘caminho’ para a inovação e auxiliar na resolução desta crise que o país está a atravessar e a evitar futuras.”

Adicionalmente foi ainda dado um testemunho por uma representante do Ensino Profissional de Felgueiras, que reiterou a escola não como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para a aprendizagem ao longo da vida, na medida em que “aprendemos até morrer”.

No caso de Felgueiras, o Ensino Profissional de Felgueiras já tem 20 anos como “Projecto Educativo” rumo à Empregabilidade e ao Empreendedorismo na medida em que visa saídas profissionais com empregabilidade e técnicos/as qualificados/as com sentido empreendedor, demonstrando o vasto currículo dos cursos profissionais desenvolvidos pelas Escolas Profissionais, cuja missão aponta para projectos locais de desenvolvimento regional, dando resposta às necessidades formativas do tecido socioeconómico local e regional, qualificação dos recursos humanos e melhoria da qualidade de vida.

O testemunho dado durante o *workshop* demonstrou como as Escolas Profissionais procuram desenvolver cursos com saídas profissionais com elevada taxa de empregabilidade e técnicos/as qualificados/as com sentido empreendedor, aptidão para a mudança, dinamismo, pro-actividade, criatividade, inovação e sustentabilidade. “Os mini-estágios propostos aos/às estudantes no meio empresarial, aumenta ainda o potencial de empregabilidade dos/as alunos/as. Muitas vezes as escolas recorrem no âmbito dos seus cursos a jornadas técnicas, seminários com empresas, sessões formativas na escola em que ‘chamam’ os empresários e empresárias para mostrarem os projectos que desenvolvem, sendo estas acções extraordinariamente importantes para criar ideias para novas oportunidades e estimularem nos discentes uma mentalidade empreendedora, inovadora e criativa.”

A esta reflexão juntou-se ainda a experiência da ESTGF – Escola Superior de Tecnologias e Gestão de Felgueiras que referiu o papel decisivo do ensino

superior na promoção do empreendedorismo pois, numa época em que o emprego diminui cada vez mais, cada vez se justifica mais a sua estimulação. *“É importante que as instituições do ensino superior pensem no empreendedorismo como uma necessidade vital, não só para o/a empreendedor/a por conta própria, como o/a empreendedor/a por conta de outrem, porque o/a empregador/a também quer pessoas empreendedoras”*.

O empreendedorismo não pode ser visto apenas como uma resposta ao problema do desemprego, através da promoção do auto-emprego, mas deve assumir uma semântica mais abrangente. Não basta correr o risco e criar empresas, é necessário procurar fazê-lo com responsabilidade, competência e excelência. Mas, essa atitude empreendedora não é apenas apanágio dos gestores ou empresários, terá de ser também uma necessidade dos trabalhadores e dos cidadãos e cidadãs em geral, logo exige-se portanto uma educação para o empreendedorismo como resposta aos novos contextos da sociedade. Caberá também às Escolas Superiores o papel de formar pessoas capazes de acompanhar e de se adaptarem, ou mesmo reagirem, às mudanças e desafios desta sociedade, criar profissionais empreendedores uma vez que nos últimos anos o empreendedorismo tem vindo a assumir-se como o principal factor promotor do desenvolvimento económico de um país.”

Para além das Escolas, o associativismo tem um papel fundamental no apoio ao empreendedorismo e aos casos de sucesso de empreendedorismo, sendo de destacar o papel da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários que prestou o seu testemunho no quadro destas oficinas, enunciando algumas iniciativas que a Academia dos Empreendedores desenvolve, nomeadamente: Road Show Escolas, a Feira do Empreendedor, Prémio Jovem Empreendedor, Concurso de Ideias e a Escola dos Empreendedores.

O Centro de Incubação que está sob a sua responsabilidade proporciona informação empresarial e jurídica, informação sobre sistemas de incentivo públicos e privados, internacionalização, consultoria e o apoio ao empresário/a, parcerias e *networking*. A loja do empreendedor apoia a criação de empresas (da ideia ao negócio), os/as empresários/as (serviços de consultoria especializada), o emprego e formação (Emprego e Formação em Empreendedorismo) e a promoção do empreendedorismo.

A instituição detém ainda ações de formação modular, cursos EFA e formação de apoio ao empreendedorismo e formação não financiada (Pós-Gra-

duação em Gestão ANJE/IPAM; Curso de Liderança ANJE / Academia Militar; Acções diversas na área da Gestão Empresarial) que teve oportunidade de divulgar junto dos/as presentes.

Também as Associações Empresariais de Felgueiras e Penafiel se fizeram representar, chamando à atenção para o facto da associação empresarial ao longo dos últimos anos ter-se vindo a tornar uma referência local no apoio às empresas e aos empresários e empresárias locais, nomeadamente pela representação e defesa dos interesses comuns de todos os associados, tendo em vista o respectivo progresso técnico, económico e social. Tendo sempre em consideração o empreendedorismo, têm vindo a aumentar o seu conjunto de valências, privilegiando o apoio à criação de pequenas e médias empresas, desde apoio administrativo, à elaboração de contratos, registo de empresas, apoio jurídico, tratamento da documentação relativa à actividade empresarial; elaboração de contabilidades organizadas e não organizadas; informação e elaboração de projectos relativos a programas de apoios nacionais e comunitários; oportunidades de negócio; acções de formação profissional, participação em conferências, seminários e feiras para a promoção dos produtos/serviços e apoio na Higiene e Segurança no Trabalho. Também têm vindo a ajudar na internacionalização das mesmas, promovendo a realização de algumas feiras para promoção dos produtos locais.

As associações empresariais apelaram que os/as jovens não tenham “medo” de assumir riscos, e que criem o seu próprio negócio e mesmo para aqueles que pretendam trabalhar por conta de outrem que sejam empreendedores, criativos e inovadores pois esse será o futuro para o desenvolvimento da nossa economia. Apelou, ainda, para a importância das parcerias e para o trabalho em cooperação pois, só assim, poderemos alcançar uma economia mais competitiva.

A TECTVAL - Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa deu a conhecer o seu projecto, informando que o Centro aderiu à rede Portus Park, a qual integra parques de ciência e tecnologia e incubadoras do Norte de Portugal, nomeadamente em Bragança, Maia, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Taipas, Santo Tirso, Porto e Vila Real. A parceria já envolve um projecto de empreendedorismo tecnológico entre a Portus Park e a Tecval, com o objectivo de apoiar financeiramente e incentivar a criação de empresas ligadas às novas tecnologias. No âmbito deste projecto, a Tecval vai criar o

Gabinete do Empreendedor para responder a todas as dúvidas e prestar apoio à gestão para quem pretende criar uma empresa inovadora e, posteriormente, instalar-se no espaço físico da incubadora de Paços de Ferreira. As principais vantagens para os empreendedores e empreendedoras ao aderir a esta rede passam, entre outras, pela disponibilização de espaços físicos ou virtuais para a implantação de novas actividades empresariais; aproveitar as sinergias entre todas as entidades instaladas nos diferentes parques de ciência e tecnologia; beneficiar de um ambiente inovador com modernas infra-estruturas de energia e comunicações, áreas de serviços comuns e de lazer de elevada qualidade; aproveitar a ligação aos centros de conhecimento mais avançados da região Norte; ou ter acesso aos centros de I-D-i para transferência de tecnologia. A Tecval apoia o empreendedorismo através da realização de seminários/*workshops* sobre “Como apoiar o empreendedorismo” e acções de formação nessa área.

Com o tema “Casos de Sucesso de Empreendedorismo no Tâmega”, o evento foi finalizado com o testemunho de uma empreendedora de sucesso nas Terras do Sousa que desenvolveu 3 projectos (restaurante, casa de chá e galeria de arte), com apoio do Programa Comunitário LEADER+Terras de Sousa+. Estes 3 projectos permitiram à promotora e à sua filha criar o seu próprio negócio e criar riqueza na região, nomeadamente através da criação de postos de trabalho e contribuir para a promoção do sector turístico na região.

Durante a sua apresentação esta promotora foi expressando que, *“ser empreendedora é um percurso longo e não isento de obstáculos mais ou menos difíceis de ultrapassar, e que o sucesso não está forçosamente à mão, é necessário procurá-lo. Por isso, a empreendedora além de criatividade”*

PODER PÚBLICO LOCAL

O segundo fórum de empregabilidade e empreendedorismo dinamizado pela ADER Sousa em Lousada, foi mais vocacionado para contribuir com informação útil para apoiar técnicos/as das Câmaras Municipais e outras entidades que trabalham na área da empregabilidade e empreendedorismo e seus utentes na procura e concretização de novas soluções de emprego. Assim, o público privilegiado para esta sessão foram técnicos e técnicas de instituições que trabalham na área da empregabilidade e empreendedorismo e seus utentes, num total de 32 pessoas participantes.

A sessão teve como objectivo primordial dar através de uma forma essencialmente prática e interactiva esclarecimentos e informações sobre as diversas modalidades dos apoios à criação do próprio emprego. O tema do encontro acabou por reflectir uma preocupação crescente na sociedade portuguesa, ou seja, quais as possíveis saídas para o desemprego, que, como é sabido, marca, e que infelizmente, irá continuar a marcar a vida de tantos portugueses nos próximos tempos. Assim, foi intenção da organização provocar o debate e o esclarecimento de dúvidas acerca dos apoios ao empreendedorismo, sejam eles estatais (IEFP, ProDeR, por exemplo), ou privados.

Na generalidade, foi defendida pelos oradores e oradoras uma política de combate à miséria e à exclusão através de uma clara aposta na partilha de informação, na redução dos procedimentos burocráticos, na rentabilização máxima dos recursos e na afectação das verbas disponíveis na resolução dos problemas. O trabalho em rede surge assim como uma das vias para o sucesso nesta difícil tarefa de diminuir os impactos da desigualdade social.

A sessão foi dinamizada num primeiro painel de reflexão sobre o papel do empreendedorismo no desenvolvimento da empregabilidade, contando com a presença da Plataforma Intermunicipal do Tâmega e com o testemunho da própria ADER Sousa.

Esta Plataforma Intermunicipal do Tâmega, explicitou os objectivos e contributos da Plataforma na região do Vale do Sousa, nomeadamente: debater estratégias para a concretização do PNAI; garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que actuam no plano social; promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género; analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe foram apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade; promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma.

O Tâmega e Sousa apresentam, além de fragilidades relacionadas com a empregabilidade, outras relacionadas com défice de empregos e de empregos de qualidade suficientemente atractivos e valorizados pela comunidade territorial. Assim, torna-se muito importante o Pacto para o Emprego do Tâmega e Sousa que se trata de um plano integrado de diagnóstico de necessidades tam-

bém ao nível da formação, que permitiu, por exemplo, encontrar vagas de emprego não preenchidas, por falta de formação adequada à necessidade dos/as empresários/as. Para além disso, referiu-se no quadro desta painel que a inovação deste pacto passa pelo envolvimento de um grande conjunto de entidades públicas e privadas por um objectivo comum, entidades que representam, dadas as características do Pacto Territorial para o Emprego (PTE) do Vale do Sousa, os vários sectores sociais e económicos da região. O Pacto, enquanto instrumento inovador, visa por exemplo a criação de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, concretizando acções de extrema importância para o Vale do Sousa.

O PTE tem significado um desafio para os diferentes sectores já que apela a uma lógica de intervenção territorializada, implica a criação de novos hábitos de trabalho entre os departamentos do Estado, num contacto directo com instituições e actores locais, num nível de exigência. O esforço de suscitar iniciativa e responsabilidade por parte de instituições locais implica, muitas das vezes, novas formas de organização, o que torna um projecto como o Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa uma constante e inovadora experiência.

A Plataforma Intermunicipal do Tâmega apelou ainda ao trabalho em cooperação e parceria entre as várias entidades pois só desta forma se conseguirá melhorar a qualificação das pessoas, aumentar a sua empregabilidade e promover a coesão social, através do aumento dos níveis médios de qualificação escolar e profissional, de mais capacidade de inserção no mercado de trabalho e da melhoria da competitividade das actividades económicas, o incremento da qualidade e equidade de oportunidades de acesso aos principais serviços sociais e o combate à exclusão social.

A intervenção protagonizada pela ADER Sousa afirmou que a estratégia local de desenvolvimento desta associação tem como finalidade a criação de uma região com uma forte dinâmica empreendedora e inovadora e com elevada qualidade de vida, orientada para os recursos endógenos, numa perspectiva de promoção turística e de preservação ambiental, que não descure a coesão social e o bem-estar dos seus habitantes.

Na breve apresentação das Medidas e Acções Sub-Programa 3 do PRODER nas Terras do Sousa, ficou evidenciada a acção “Criação e Desenvolvimento de Micro-Empresas” que tem como objectivo incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas nas zonas rurais, tendo em vista a densificação do tecido económico e criação de emprego, sendo consideradas prioritárias as incitativas

que traduzam inovação, a capitalização das oportunidades para o território e as áreas económicas emergentes. Esta medida pode torna-se numa oportunidade para desempregados/as e empreendedores/as pois poderão apresentar candidatura para a criação de emprego, destacando que uma candidatura apresentada à mesma acção por uma mulher ter um “peso maior” quando submetida a avaliação. Foi ainda destacado que se pretende criar condições favoráveis ao incremento do dinamismo empresarial e institucional e sobretudo à formação da massa crítica indispensável a uma mobilização eficaz do potencial endógeno, gerando e fixando riqueza e oportunidades de emprego, a partir de um território qualificado.

Um aspecto de enorme importância, é que nada acontece sem pessoas empreendedoras, com visão e disposição para mudar as coisas, é preciso ser pró-activo/a para ser empreendedor/a, e estar disposto a correr riscos e a lutar por suas ideias, visão defendida pela Direcção Regional da Economia do Norte que teremos de corroborar. *“Quando falamos de empreendedorismo isso não precisa ficar restrito às novas invenções, mas deve ser visto também como um aprimoramento contínuo. Há empresas que promovem o empreendedorismo e a inovação entre seus colaboradores com ótimos resultados. Muitas vezes há uma economia grande quando a própria equipa busca soluções para problemas de produção, por exemplo, trazendo ideias inovadoras que, se fossem desenvolvidas por uma consultoria externa, teriam um custo elevado para serem viabilizadas.”*

Também foram valorizadas algumas medidas geridas pelo IAPMEI de apoio a empresas de pequena dimensão como é o caso do Programa FINICIA, o Micro Crédito Empresarial, o Financiamento por Capital Alheio e o Financiamento por Capital Próprio. Este último trata-se de um instrumento orientado para o financiamento de investimentos associados ao arranque de empresas, pretendendo-se facilitar a concretização de ideias seleccionadas no âmbito de iniciativas de fomento do espírito empreendedor, em particular as oriundas do meio académico. A reduzida dimensão de cada investimento e o perfil de risco acrescido pela inovação e fase de lançamento do negócio traduzem-se numa actuação ineficiente da oferta de fundos no mercado financeiro, tornando a componente de financiamento pública decisiva. Por outro lado, em face da ausência de informação e preparação, a procura de apoio financeiro pelos promotores é também ela ineficiente, sendo determinante potenciar a rede não institucional e de facilitadores do empreendedorismo. O financiamento integral-

mente suportado em capital próprio está optimizado para investimentos até 50 mil euros, em que os promotores, directamente ou através de investidores (incubadoras, universidades, Business Angels) com eles relacionados apenas devem mobilizar, um mínimo, 10% do mesmo. Os restantes 90% serão assegurados por um Fundo de Capital de Risco (FCR), especificamente criado para o efeito e, transitória e subsidiariamente, pela PME Capital. A intervenção pública será efectuada indirectamente através do FSCR, que co-financia o veículo de investimento anteriormente referido, subscrevendo até 70% das suas unidades de participação. Os promotores terão contratualmente direito a uma quota-parte dos lucros da sociedade, majorada face à proporção que resultaria da aplicação da sua participação no capital social, tendo em vista potenciar o desenvolvimento do investimento.

O Financiamento por capital alheio, trata-se da criação de um instrumento de crédito de m/l prazo (> 3 anos) para financiar investimentos de micro empresas - até 9 trabalhadores/as, que assenta num financiamento bancário suportado por garantia mútua e contra garantido por fundos públicos. O financiamento bancário, designado por Micro Crédito, está limitado a 25.000 euros. Concedido pela Instituição de Crédito é, no máximo, garantido a 75% por uma SGM, que por sua vez é contra garantida, no máximo, a 80% pelo FCGM.

Quanto ao acesso para Financiamento por capital próprio as ideias de negócio ou os pequenos projectos em fase de gestação, que se submeterem ao escrutínio de um júri no âmbito da Bolsa de Ideias e Meios (BIM) do IAPMEI acederão, caso sejam seleccionados, a capital para financiar os seus investimentos, após apresentação de um plano de negócios que aponte para necessidades de arranque não superiores a 50 mil euros. Caso os investimentos sejam superiores, o promotor, por si ou através de outros investidores, terá que assegurar a sua cobertura financeira integral por capitais próprios. Se o arranque for bem sucedido, para além do eventual acesso ao micro crédito, a empresa poderá ser certificada pelo IAPMEI para que o esforço de investimento subsequente, caso apresente forte conteúdo inovador, possa ser suportado pelos mecanismos de financiamento previstos no Eixo I que emergem da sua actividade, constituindo também um mecanismo de fomento da actividade de Business.

Quanto ao acesso para financiamento por capital alheio as Micro Empresas poderão aceder ao micro crédito dirigindo-se directamente a uma Instituição de Crédito ou a uma Sociedade de Garantia Mútua para apresentarem o seu

pedido de financiamento. Caberá à Instituição de Crédito e à Sociedade de Garantia Mútua efectuar a avaliação do risco e só em caso de concessão do micro crédito é que será automaticamente accionado o mecanismo de contra garantia. Para a emissão da garantia, as Micro Empresas deverão aderir ao sistema mutualista tornando-se accionistas de uma Sociedade de Garantia Mútua.

Esta intervenção ao nível dos financiamentos foi importante, na medida em que fez também um apelo à *mudança de atitude no sentido de se explorar novas oportunidades, assumir riscos e criar coisas novas, quer a nível individual, porque o empreendedorismo é uma via eficaz para a auto-realização e felicidade; a nível organizacional, porque as empresas precisam de uma cultura de empreendedorismo para sobreviver (no dia em que uma empresa acha que está segura na sua velocidade cruzeiro, torna-se um alvo perfeito para a concorrência); e por fim, a nível das sociedades, porque o empreendedorismo já provou ser uma poderosa solução para os problemas que os governantes não conseguem resolver.*

Ainda no quadro da panóplia de financiamentos disponíveis de apoio ao empreendedorismo, o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego referindo que o mesmo visa o apoio à Criação de Empresas de pequena dimensão, com fins lucrativos, independentemente da respectiva forma jurídica, incluindo Entidades que revistam a forma cooperativa, que originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização das economias locais, foi apresentado pelos Serviços de Coordenação Regional do Norte do IEFP, IP, muito embora esta medida não tenha intervenção directa dos Centros de Emprego, devendo os respectivos destinatários interessados ser encaminhados para as instituições bancárias aderentes onde deverão apresentar os respectivos pedidos de crédito.

Foi clarificado que nesta medida, o/a promotor/a do projecto de criação de empresa o titular do pedido de financiamento que se propõe constituir a nova empresa ou adquirir capital social da empresa preexistente e deve ter pelo menos 18 anos de idade à data do pedido de financiamento. Pelo menos metade dos/as promotores/as têm de, cumulativamente, ser destinatários/as do programa, criar o respectivo posto de trabalho a tempo inteiro e possuir conjuntamente mais de 50% do capital social e dos direitos de voto. A nova empresa não pode estar constituída à data da entrega da candidatura (pedido de financiamento), com excepção do projecto que inclua, no investimento a realizar, a

compra de capital social através da realização de um aumento de capital social. Desde a data da contratualização dos apoios e até à extinção das obrigações associadas à execução do projecto, a nova empresa deve reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Encontrar-se regularmente constituída e registada;
- Dispor de licenciamento e outros requisitos legais para o exercício da actividade ou apresentar comprovativo de ter iniciado o respectivo processo;
- Ter a situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
- Não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP;
- Não ter registo de incidentes no sistema bancário, no sistema de garantia mútua ou na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, salvo justificação aceite pela entidade bancária e pela sociedade de garantia mútua.

O projecto é apresentado directamente pelo promotor às instituições bancárias aderentes, não existe formulário de candidatura; apenas uma declaração emitida pelo Centro de Emprego a atestar a qualidade de destinatário. Os restantes dados e documentação necessários serão solicitados pela instituição bancária. A candidatura pode ser feita na Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Banco Espírito Santo, Barclays, Banco Popular Portugal, BPN - Banco Privado de Negócios, Banco Santander -Totta, Millenium BCP, BPI - Banco Português de investimentos, BANIF e Caixa Geral de Depósitos.

O projecto que obtenha financiamento no âmbito da presente medida pode beneficiar de apoio técnico à sua criação e consolidação, sendo este assegurado por uma rede de entidades privadas sem fins lucrativos ou autarquias locais que disponham de serviços de apoio ao empreendedorismo, para o efeito credenciadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP. O apoio é prestado, se solicitado, nos dois primeiros anos de actividade da empresa e abrange, nomeadamente, as seguintes actividades:

- Acompanhamento do projecto aprovado;
- Consultoria em aspectos de maior fragilidade na gestão ou na operacionalidade da iniciativa, diagnosticada durante o acompanhamento;

- O apoio financeiro, máximo a prestar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, às entidades credenciadas, é de seis vezes o IAS (Indexantes Apoios Sociais) por projecto e por todo o período (dois primeiros anos de actividade da empresa);
- Apoios ao investimento - Crédito com garantia e bonificação de juros, revestindo duas tipologias de operações de crédito:
 - MICROINVEST, para operações de crédito até 15.000,00 euros (quinze mil euros), para financiamento de projectos de investimento até 15.000,00 euros (quinze mil euros);
 - INVEST+ para operações de crédito de montante superior a quinze mil euros e até cem mil euros para financiamento de projectos de investimento superior a quinze mil euros e até duzentos mil euros. Os créditos a conceder no âmbito da tipologia INVEST+, tem como limites 95% do investimento total e cinquenta mil euros por posto de trabalho criado, a tempo completo.

Atendendo que também as Redes Sociais podem ter um papel fundamental no empreendedorismo e no desenvolvimento de respostas sociais, a Rede Social de Lousada destacou que *“as redes sociais são o ‘motor do desenvolvimento’ e que visam estimular os actores sociais a trabalharem em parceria no sentido de articular as intervenções sociais, os recursos existentes, meios e capacidades de resposta eficazes e desenvolver condições de sustentabilidade ao nível da promoção do desenvolvimento social através de dinâmicas territorializadas.”*

Esta rede social crê que a metodologia de actuação da Rede Social assenta numa estratégia participada de planeamento, ou seja, os actores locais são envolvidos e participam na condução de todo o processo de intervenção social integrada - “ a responsabilidade pelo combate à pobreza e exclusão social é da sociedade e não apenas de algumas entidades (...) e, portanto, pressupõe a mobilização local do conjunto dos interventores sociais e de todos os cidadãos” (ISS, 2009, p.15), sendo princípios essenciais que regem a sua actuação a subsidiariedade; integração, articulação, participação e inovação.

Também as empresas tiveram voz no fórum, contando com a presença da Spaceworkers, empresa empreendedora de sucesso nas Terras do Sousa que refere que *ser empreendedor/a é aquele/a que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a acção.* A empresa começou da amizade entre duas pessoas ligadas à arquitectura e às ciências económicas e financeiras e de trabalhos prestados em

part-time a comerciantes que recorriam a fundos comunitários e que necessitavam de serviços na área de arquitectura e *design* de linhas de mobiliário. Com o aumento de clientes a *Spaceworkers* foi alargando o seu leque de prestação de serviços e como não tinha grande capacidade financeira recorreu a financiamento para fazer face às despesas, nomeadamente ao Subprograma 3 do ProDeR.

Foi com este espírito de inovação, emoção sensorial que a empresa foi apelando à sensibilidade dos seus clientes para uma nova forma de encarar o espaço enquanto instrumento de comunicação, ordenamento e de interacção com os sentimentos do público.

Estes testemunhos directos, em especial de empresas que têm sucesso comprovado por prémios nacionais e internacionais, podendo ser exemplos determinantes e motivadores para quem procura novos caminhos para o seu emprego.

PRODUTOS FACILITADORES DO TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

No âmbito da actividade *Realizar 3 oficinas de apresentação ou aprofundamento da utilização em rede dos produtos: Gestão de Percursos Sociais e Autonomus* a Animar contou no terreno com o trabalho de dinamização das três iniciativas com os associados ADLML – Associação de Desenvolvimento Local do Minho Lima; FAJUDIS – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém e Raia Histórica – Castelos do Côa.

Foi assim possível dinamizar as sessões de forma descentralizada no território: Constância, Trancoso e Viana do Castelo. Adicionalmente com a cooperação junto do IIEFP de Évora foi também dinamizada uma sessão nesta cidade e uma em Vialonga em articulação com a equipa do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Vila Franca de Xira da Animar.

A escolha da divulgação dos produtos GPS e Autonomus num processo de divulgação à rede baseou-se no reconhecimento da Animar da importância destes produtos no apoio às entidades que já desenvolvem trabalho no âmbito da empregabilidade e empreendedorismo, sendo estas oficinas enquadradas no âmbito do Acordo IIEFP/ Animar uma forma de apoiar a sua disseminação.

A divulgação destes produtos pela rede facilita a mobilização de actores locais para o trabalho em rede e a complementaridade dos recursos territoriais e comunitários existentes, apoiando simultaneamente os/as agentes locais no

sentido de potenciar a construção e animação de uma metodologia integrada de inserção socioprofissional, centrada nos territórios e desenhada por um colectivo de parceiros.

O conhecimento por parte das diferentes entidades que, de alguma forma, trabalham a questão da empregabilidade, apresentando ferramentas e produtos que sistematizam e fortalecem boas práticas de trabalho em rede.

O produto *Gestão de Percursos Sociais* é um recurso técnico-pedagógico que pretende constituir-se como uma solução inovadora sobre as desigualdades no acesso ao emprego de jovens e adultos com baixas qualificações. Em concreto, pretende apoiar os/as agentes locais no sentido de potenciar a construção e animação de uma metodologia integrada de inserção sócio profissional centrada nos territórios e desenhada por um colectivo de parceiros. Preconiza a construção de uma ferramenta tecnológica em suporte *web* que auxilia o funcionamento da metodologia, apoiando igualmente a gestão dos percursos individuais dos utentes ao nível da sua colocação em mercado de trabalho. Compõe-se de dois subprodutos - RedEmprega e SPERO. O GPS - Gestão de Percursos Integrados foi um produto concebido no âmbito da IC EQUAL por uma parceria alargada constituída por diferentes entidades entre as quais o ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

A RedEmprega apresenta um modelo de gestão de uma rede para a empregabilidade, salientando os aspectos positivos e constrangimentos encontrados na abordagem aos diferentes actores envolvidos (técnicos locais, jovens e empresários). Serve como documento de apoio e de trabalho para agentes que pretendam dinamizar/mobilizar o trabalho em parceria e/ou que intervenham na área da empregabilidade. Este dossier integra fichas de trabalho (teóricas e práticas) que pretendem exemplificar a metodologia utilizada e os instrumentos construídos pelas diferentes equipas interinstitucionais. Inclui ainda um Manual de Apoio à Inserção Profissional que pretende servir de recurso orientador ao acompanhamento de percursos de inserção, descrevendo em pormenor técnicas de atendimento de utentes, de apoio à procura de emprego, de balanço de competências e de preparação, implementação e avaliação de projectos de formação socioprofissional à medida. Com este manual pretende-se dar a conhecer um conjunto de metodologias activas, centradas no empoderamento individual para a melhoria da auto-estima dos utentes na construção de projectos de vida adequados e de acordo com as competências e necessidades de cada jovem. Por

fim, contribuir para uma melhor eficácia das intervenções territoriais no acompanhamento de percursos de inserção e na abordagem às empresas.

O funcionamento da RedEmprega é suportada através de um ferramenta web - SPERO que pretende ser um auxílio para técnicos/as das rede locais no acompanhamento dos percursos de inserção dos seus jovens/adultos/as desempregados/as.

Neste sentido, a SPERO trata-se de uma ferramenta informática acessível pela internet que permite aos/às técnicos/as de intervenção social registar dados de acompanhamentos dos/as seus/suas utentes e de ofertas ou respostas disponíveis. Os dados podem vir ser partilhados pelos/as vários/as técnicos/as locais para que se encontrem as ofertas mais adequadas para cada utente. Está preparada com um conjunto diferenciado de níveis de acessos para que diferentes perfis de utilizadores/as possam gerir informação de forma diferenciada. Deste modo, a SPERO pode ser adaptada a qualquer problema social e a qualquer metodologia mas pressupõe sempre a existência de uma parceria que deseja fazer um percurso de apropriação colectiva.

O produto Autonomus, foi também concebido no âmbito da IC Equal e é composto por um *package* com oito manuais de instalação e animação de dispositivos sectoriais e locais de apoio à reinserção profissional e à empregabilidade e um manual de apoio à instalação do próprio sistema onde são apresentadas respostas às seguintes questões centrais: a) Em que consiste o Autonomus? b) Quais as suas características particulares? c) Quais os elementos chave da sua organização e funcionamento e a quem se dirigem as actividades e as intervenções de apoio à reinserção profissional e a empregabilidade nele previstas?

O produto apresenta-se enquanto uma caixa-*coffret* contendo as seguintes peças isoladas: poster e quadro explicativo do Autonomus:

1) o que é e como funciona e um Manual do Autonomus: Quiosque da Vida Activa - espaço de informação, aconselhamento, encaminhamento e realização de actividades orientadas para a autonomia dos utilizadores e Manual de Instalação e Animação do Quiosque da Vida Activa;

2) Aplicativo VAMOS: Solução informática que permite uma gestão integrada dos percursos de reinserção, proporcionando uma utilização partilhada entre utilizador e técnico/a de acompanhamento e Manual de Instalação e Animação do VAMOS;

3) NetQuiosque: Equipamento de informação geral sobre educação/formação/emprego, de grande acessibilidade, em sistema de *touch screen* a ser colocado em locais públicos e Manual de Instalação e Animação do NetQuiosque;

4) RVCC Integrado: promove a dupla certificação (escolar e profissional) por via do RVCC articulando CNOs com valências distintas (escolar e profissional) e Manual de Instalação e Animação do RVCC Integrado;

5) Oficinas de Projectos: orientadas para públicos específicos, com destaque para os/as desempregados/as vítimas de despedimentos colectivos, para mulheres particularmente fragilizadas no plano social e psicológico, para ex-reclusos/as e promotores/as de micro-iniciativas com recurso ao microcrédito, para imigrantes em situação difícil, para jovens com especiais dificuldades de emprego ou de qualificação. Este subproduto é composto por um Manual de Instalação e Animação da Oficina de Projectos Espiga; um Manual de Instalação e Animação da Oficina de Projectos Trevo e um Manual de Instalação e Animação da Oficina de Projectos Micro-Iniciativas;

6) Actividade organizada de Balanços: Balanços de Competências e outras modalidades de avaliação e de autoavaliação de competências. Manual de Experiências e Relatos Balanços.

As oficinas realizadas tiveram como finalidade dar a conhecer estes produtos em territórios diferenciados e abrangendo públicos distintos, dando a conhecer métodos, práticas e metodologias de apoio à empregabilidade e empreendedorismo, reconhecendo como essencial uma intervenção integrada que estes produtos potenciam. Para as entidades que desenvolvem este trabalho no terreno é muito importante dotar os/as técnicos com ferramentas de apoio na área da reinserção e empregabilidade de públicos,

Chegaram a públicos distintos, num total de 131 entidades/170 pessoas, como é o caso dos GIP - Gabinetes de Inserção Profissional abrangidos pela Delegação Regional do IIEFP da Região Alentejo (Alandroal, Alcácer do Sal, Aljustrel, Avis, Borba, Campo Maior, Castelo de Vide, Castro Verde, Crato, Grândola, Marvão, Mértola, Monforte, Nisa, Odemira, Redondo, Santiago do Cacém, Sines, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira e Vila Viçosa); dirigentes e técnicos/as de organizações públicas e privadas, que diariamente trabalham em situações ligadas à empregabilidade e à inclusão social (Vialonga, Constância, Santarém) e entidades locais - associações, escolas, autarquias (Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha).

CONCLUSÕES

As conclusões relativas ao impacte das Iniciativas Locais realizadas no âmbito do acordo com vista à promoção do emprego e empreendedorismo, avançadas em processos de animação da rede, passando para as organizações da Animar a responsabilidade da detecção das necessidades, dos processos de organização e de discussão dos problemas e soluções em parcerias territoriais organizadas, são opções estratégicas políticas que determinam o futuro caminho da animação da própria rede.

O impacte reconhecido pelas organizações é substantivo e poderá servir como evidência positiva a ter em conta na avaliação do caminho traçado ao nível das metodologias de animação da rede nas dinâmicas de apoio ao emprego e empreendedorismo.

“A **ADER Sousa** organizou dois Fóruns *Apoio ao Empreendedorismo* e *Empreendedorismo como Apoio*, tendo em consideração a elevada taxa de desemprego registada no Vale do Sousa, quer à procura do 1º emprego, quer à procura de novo emprego, e também porque existe a necessidade de sensibilizar a população para o desenvolvimento de uma cultura e para uma sociedade empreendedora, na medida em que o empreendedorismo contribui para a criação de empregos, crescimento económico; melhoraria da competitividade e aproveitamento do potencial dos indivíduos. Sendo a ADER-Sousa a entidade gestora do Subprograma 3 do ProDeR nas Terras do Sousa é objectivo primordial desta associação apoiar projectos que visam a diversificação da economia e a melhoria da qualidade de vida da sua população. Assim, estes fóruns contribuíram para a Estratégia de Desenvolvimento Local definida para o território das Terras do Sousa na medida em que permitiram que a população local tivesse conhecimento de ideias e projectos transformadores, de novas abordagens e soluções sustentáveis que criam valor social e possíveis soluções para o problema do desemprego que assombra esta região. Estes fóruns permitiram o debate e o esclarecimento de dúvidas acerca dos apoios ao empreendedorismo, sejam eles estatais (IEFP, por exemplo), ou privados. Permitiram ainda, a partilha de informação, o trabalho em rede e a aquisição por parte das entidades que estiveram presentes nestes eventos que tem de se trabalhar essencialmente a dois níveis:

· *Ao nível das atitudes - procurando induzir atitudes e comportamentos propícios ao desenvolvimento de uma cultura tecnológica e empreendedora;*

· Ao nível da concretização – disponibilizando um conjunto de instrumentos e ferramentas, de natureza técnica e financeira, que dinamizem a passagem das ideias a projectos e de projectos a empresas.

A finalidade destes fóruns foi de encontro aos objectivos da ADER Sousa na medida em que se pretende estabelecer uma intervenção específica nesta região, que contribua para a diversificação e desenvolvimento de actividades económicas criadoras de riqueza e de emprego permitindo fixar população e aproveitar recursos endógenos transformando-os em factores de competitividade.”

“A **FAJUDIS** - Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, promoveu a Oficina ao Abrigo do Acordo IEFP/ Animar, de divulgação dos produtos GPS e Autonomus. Estas oficinas são uma mais-valia para as entidades locais que as impulsionam, neste caso para a Federação, bem como para o próprio território envolvente.

Continua a ser preocupação da FAJUDIS ter um conhecimento constante da realidade juvenil do distrito, bem como compreender as necessidades e aspirações dos/as jovens com quem trabalhamos, desenvolvemos projectos e dinamizamos actividades. O associativismo juvenil representa, actualmente, um eixo fundamental na participação dos jovens na sociedade e funciona como um catalisador de energia empreendedora de juventude.

Assim sendo, a Federação com os conhecimentos adquiridos nestas oficinas do IEFP pretende estimular nos/as jovens uma atitude empreendedora, favorecer a auto organização e a cooperação com outros na procura de soluções a nível profissional, pessoal e social.

... a realização destas oficinas teve um impacto positivo, enriquecedor e complementar nos objectivos estratégicos da FAJUDIS.”

“Uma das principais preocupações da **Raia Histórica**, presente na sua Estratégia Local de Desenvolvimento, é o contributo que esta quer trazer para a melhoria da qualidade de vida das populações do território. Para além do investimento em projectos físicos há também o investimento na valorização das pessoas, no que são e no que serão, procurando favorecer uma maior coesão.

É igualmente forma de actuar da Raia Histórica o trabalho em parceria com diversos actores do território para rentabilizar e alcançar os seus objectivos.

Ainda assim, temos descurado um pouco este trabalho com os actores mais da área social e queremos alterar essa circunstância tornando mais frequente e profícuo esse trabalho conjunto.

A realização da Oficina *Gestão de Percursos Sociais* veio de encontro a ambos. De forma indirecta contribuiu para o primeiro e de forma clara para o segundo.

Indirectamente, porque, ainda que as boas práticas apresentadas fossem o resultado de um trabalho realizado num cenário (urbano) completamente distinto da realidade do nosso território (rural), várias foram as práticas e abordagens retiradas que podem ser replicadas, após alguma adaptação, com o intuito preciso de valorização das pessoas.

Directamente porque apresentou ferramentas e práticas de trabalho em rede bastantes úteis para dinamizarmos o trabalho em parceria com actores mais da área social, envolvendo-os e dinamizando trabalhos conjuntos. Estas práticas serão de grande utilidade nomeadamente para o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Inserção profissional da RH. Mas para além da ideia de estes actores serem parceiros da RH, a oficina permitiu também que os diferentes actores quisessem eles mesmo entre si pensar num relacionamento mais próximo para o futuro. Alguns começaram logo a tecer ideias de actividades conjuntas!”

“De um modo muito académico, o empreendedorismo é o equilíbrio entre eficiência e eficácia da utilização de recursos que nos surgem como oportunidade. Mas, é essencialmente o desenvolvimento de ideias. Claro que essas ideias têm de surgir num contexto de oportunidades disponíveis mas é sobretudo a vontade que temos de executar as nossas ideias que nos levará ao verdadeiro sucesso pessoal. A partir daí, com determinação e garra, é necessário estruturar a ideia.

Num contexto local denota-se grande reticência e falta de coragem pelo que a actividade comercial se encontra bastante estagnada e até em declínio. Aqui, o factor económico é sem dúvida o grande entrave. Dificuldade de financiamento e cada vez menor procura são aliados terríveis para o/a empreendedor/a.



O empreendedorismo como potencial solução para o desemprego como instância mais imediata é o ponto essencial a reter do Fórum de Inovação Social no Domínio da Empregabilidade e Empreendedorismo, bem como todas os conceitos práticos necessários para a incursão num mundo empresarial muito

competitivo. A sua realização foi responsabilidade da **ADLML** – Associação de Desenvolvimento Local do Minho-Lima como entidade promotora local. Nesta medida a ADLML agiu como entidade dinamizadora do evento quanto à estipulação de conteúdos a desenvolver, à sua melhor explicitação e quanto à sua divulgação pela comunidade local.

Desta feita, foi do intuito da ADLML promover um tema que funcionasse como ímpeto ao desenvolvimento local aliado à capacidade do mesmo ser interpretado como solução de desenvolvimento pessoal e resposta a problemas sociais directamente relacionados com intransigências económicas como o desemprego.

Como primeiro ponto de análise é de referenciar a elevada audiência que esteve presente, que fez com que o auditório ‘transbordasse’, para grande satisfação da organização do evento e dos oradores convidados. De notar que a audiência, para além do número, se patenteou pelo interesse nas temáticas desenvolvidas por cada um dos oradores. Isto porque a intenção de promover o empreendedorismo como mais uma hipótese de futuro para a entrada ou reentrada no mercado de trabalho foi desde logo apercebida e bem acolhida pela audiência. Daí, e dada a especificidade da audiência e sua especial receptividade ao tema (jovens em fase de entrada no mercado de trabalho; potenciais grupos da sociedade que encarem o empreendedorismo como opção de crescimento – desempregados, empregados com vontade para ‘mais’, público geral), o objectivo de fazer com que o fórum fosse pertinente e de factor educacional foi alcançado e largamente ultrapassado.

A avaliação dada pelos participantes no fórum denotam o grande sucesso da acção uma vez que aspectos como a pertinência, acrescentar conhecimentos, interesse expositivo e qualidade dos meios para a realização do mesmo foram reconhecidos com grande mérito. Desta forma, e dado o sucesso do Fórum de Inovação Social no Domínio da Empregabilidade e Empreendedorismo, a ADLML agradece a todos os que nele participaram desde audiência, oradores convidados, todos os membros da Escola Secundária de Santa Maria Maior associados à realização do fórum e às entidades que deram à ADLML a oportunidade de mais uma vez lutar para que a sociedade actue de forma mais informada e se sinta capacitada de iniciativa pois é essa mentalidade que potencializa o desenvolvimento.”



“O produto *Autonomus*, permite a instalação de um sistema contratualizado entre entidades motivadas para a cooperação, com outras instituições no mesmo plano territorial, para desenvolver uma intervenção integrada no apoio à reinserção profissional e à promoção da empregabilidade favorecendo a autonomia e o *empowerment* dos participantes. Como tal, é um utensílio importante na intervenção e acompanhamento das populações alvo, podendo tornar-se na principal referência ao nível da intervenção local caso haja uma articulação eficaz entre os diferentes parceiros locais, entre os quais se inclui o **CLDS de Vila Franca de Xira** (gerido pela Animar), autarquias e empresas com responsabilidade social.

Alem das potencialidades acima referidas, o produto *Autonomus* permitiu a todos os participantes trocar e conhecer novas experiências, aumentar a qualificação pessoal, bem como, definir e compreender melhor os conceitos teóricos inerentes a esta temática, nomeadamente os conceitos de: empreendedorismo social, inclusivo, feminino, jovem, permitindo assim, delinear uma estratégia mais dirigida aos diferentes tipos de público.

Ainda referente ao produto *Autonomus*, os/as participantes gostariam de voltar a ter mais tempo para aprofundar ainda mais todos conceitos, metodologias e experiências partilhadas, dada a importância para a promoção da empregabilidade e empreendedorismo e para a aquisição de novos conhecimentos.”

Raízes, realidades e perspectivas de um congresso

Plataforma do Movimento Democracia Participativa

1. O PROCESSO

Em 13 e 14 de Novembro de 2010 realizou-se, em Lisboa, o Congresso do Associativismo e da Democracia Participativa.

Desde que foi pensado, se defendeu que deveria esse Congresso ser visto como um momento e não como o coroar de um processo em curso.

Na origem da sua história está a tomada de consciência, por parte de colaboradores de um projecto de desenvolvimento local promovido em parceria, quanto:

- por um lado, ao imperativo de explorar e alargar os “corredores de liberdade” existentes nas instituições com que se interage, sob pena de se comprometer o próprio exercício da cidadania e,
- por outro, à tendência de agencialização e/ou empresialização de grande número de associações, transformadas, de facto, não já em produtores e promotores de cidadania mas em meras prestadoras de serviços, movidas pela obsessão da sua própria auto-subsistência.

Transferidos para a reflexão produzida em duas tertúlias organizadas na MANIFesta de Peniche e largamente participadas, estes dois domínios de tomada de consciência, vieram a colocar, na ordem do dia, a importância estratégica:

- de se animar uma dinâmica, ampla e diversa, orientada para a afirmação do associativismo cidadão;
- de se reequacionar a questão da sustentabilidade das associações, assumindo-se que esta não pode ser procurada à margem de um combate mais amplo a favor da afirmação e viabilização da democracia participativa;
- de se encarar o reforço desta democracia participativa como parte e condição do sucesso da democracia plena em conformidade, aliás, com o que estabelece a Constituição da República Portuguesa.

Em ordem à operacionalização destas linhas de força emanadas das duas Tertúlias de Peniche, um grupo de cidadãos, a maioria dos quais ligados a associações, decidiu desencadear um movimento nacional que, apoiado no envolvimento de associações mobilizasse as pessoas em torno da promoção da democracia participativa quer a nível dos espaços que cada associação influencia e dinamiza quer a nível das relações com o poder político e na perspectiva do desenvolvimento das condições materiais, sociais e políticas do seu funcionamento e exercício.

Apostando privilegiadamente na multiplicação de momentos de debate, organizados a nível local e regional um pouco por todo o país, considerou-se que o processo deveria confluir num Congresso que contribuísse para sistematizar e reimpulsionar a acção das pessoas e associações em defesa do reforço da cidadania e da democracia participativa.

O facto de a gene deste processo estar num evento com raízes no desenvolvimento local (a MANIFesta) explicará a presença significativa, inicial, de associações de desenvolvimento local no grupo promotor do movimento e do congresso. A preocupação de alargar aos mais diversos âmbitos de acção das associações esteve, no entanto, patente desde a primeira hora, como aliás o comprova a diversidade de participantes que animou os vários momentos e espaços de debate que tiveram lugar até ao Congresso.

2. O CONGRESSO

Uma síntese elaborada na altura, e apresentado no início da Assembleia deliberativa, a partir das tertúlias e dos plenários intercalares, para além de nos dar uma visão muito aproximada daquilo que foi o congresso e das linhas de força e tensões que o atravessaram, constitui também, sem dúvida, um fundamento legítimo para a noção que temos de que o congresso surgiu de facto como um momento alto e enriquecedor do processo que se vinha e vem desenvolvendo.

Desde logo e em primeiro lugar, pelo debate amplo e diverso que se travou no seu seio, nomeadamente no quadro das várias tertúlias que nele funcionaram, induzindo um leque de considerações, questionamentos e perspectivas que não podem deixar de informar e enformar o desenvolvimento futuro do processo.

Em segundo lugar, por surgir como um primeiro passo no conhecimento mútuo de uma centena de associações e de duas ou três centenas de pessoas com diferentes abordagens e percursos, diferentes domínios de acção e diferentes origens.

Em terceiro lugar, pelas questões que deixou em aberto, em ordem às quais se dividem ou agrupam as pessoas ou as formas organizadas de democracia participada que são as associações. Designadamente:

- Precisamos ou não de uma Carta de Princípios do movimento associativo? E considerada a diversidade de práticas das associações, é ela possível?
- É legítimo defender a elaboração de um caderno reivindicativo do movimento associativo? E a ser legítimo, deve este contemplar aspirações a uma sustentabilidade material assegurada pelo Estado?
- Que relações deve estabelecer o movimento associativo, e as mais diversas formas de democracia participativa, com o Estado? Que equilíbrios entre o confronto e a cooperação?
- Que interações se deseja entre a democracia participativa e os órgão de soberania? Que reformulações da Democracia Representativa implica a afirmação da Democracia Participativa?

Em quarto lugar, pela circunstância de se terem trazido à luz do dia as diferenças de entendimento quanto ao que se deseja que seja o movimento associativo e quanto ao papel deste na prossecução das políticas definidas a montante – de que é exemplo a distinta sensibilidade que se registou no que se refere à necessidade ou não de certificar as associações.

Em quinto e último lugar, pela predisposição ou melhor dizendo pela determinação que deixou em muitos participantes de prosseguir, aprofundando e clarificando, o processo em curso.

3. E AGORA QUE FUTURO?

Presente na reflexão dos que se propõem levar por diante a promoção da Democracia Participativa está a realidade que atravessa a nossa sociedade nos tempos que correm e que é marcada:



- Por um lado, pelo agravar das desigualdades, do desemprego, da pobreza, bem como pelo *deficit* das condições de exercício da cidadania nos mais diversos espaços, (desde a educação à saúde, passando pelo trabalho e a cultura).
- (Mas) por outro, pela emergência de formas de resistência e rebeldia cidadã, bem patentes nos muitos movimentos de protesto que a cada momento irrompem nos vários domínios da sociedade, bem como pela crescente ruptura com o sistema político vigente e dominante que a imensa abstenção e o progressivo aumento dos votos em branco, reflectem.

É desta reflexão, bem com o do congresso e da caminhada feita desde Setembro de 2009, que resulta o conjunto de pressupostos orientadores para o futuro:

1º - O facto de se tornar imperativo eleger, como grande propósito, a afirmação e desenvolvimento da democracia participativa nas suas diversas formas e nos variados domínios da sociedade em que se deve manifestar. O movimento que se projecta não pode nem deve aspirar a uma qualquer representatividade das associações portuguesas; pode e deve ser um fruto multiplicador da acção de um grupo de cidadãos a favor da produção e promoção da cidadania.

2º - O facto de se apontar para a necessidade de sermos propositivos, potenciando-se a riquíssima experiência dos vários participantes no processo. A denúncia e a análise são importantes mas insuficientes: dar corpo ao movimento da democracia participativa pressupõe propostas e práticas de acção.

3º - O facto de se exigirem solidariedades e identidades, quer pela identificação de pontos de convergência transversais aos já envolvidos e potenciais aderentes quer, pela partilha de espaços e tempos na acção cidadã que ocorra.



4º - O facto, enfim, de se ter de caminhar no sentido de se dar cada vez mais a palavra aos que pouco fazem uso dela, aos que na prática surgem indiferentes e marginais à ordem e vida política instituídas.

Um novo congresso que se realize - e para que se aponta desde já - deve aparecer como uma oportunidade de se proceder a um ponto de situação da acção cidadã que até lá se realize, abrindo-se caminho a novos desenvolvimentos.

“Quero um associativismo forte e combativo, lado a lado com outros movimentos de cidadãos para o futuro”

Entrevista a Rui d’Espiney

O associativismo, nas suas diversas formas, preocupações e áreas de intervenção, vive hoje uma crise que, não sendo nova, tem vindo a agravar-se – perda de independência económica e política devido à grande dependência dos programas co-financiados e conseqüentemente das respectivas entidades financiadoras; dificuldade em manter um quadro estável de técnicos e de activistas permanentes, por razões económicas; desfaseamento, na maior parte das situações, entre os objectivos impostos pelos programas com financiamento público, os projectos desenvolvidos e as reais necessidades e anseios das populações; burocracia resultante dos procedimentos de “secretaria” dos projectos financiados pelos fundos públicos que amarram as associações a uma carga excessiva de trabalho administrativo; falta de continuidade dos projectos e intervenções e dramaticamente, em consequência destas circunstâncias, uma crise de ideias no mundo associativo.

No entanto o associativismo é uma realidade antiga e com raízes fundas na sociedade portuguesa. Não só presta e garante a existência de

um conjunto diversificados de apoios, serviços e actividades, como cria vários milhares de postos de trabalho directos e indirectos. Garante ainda uma vertente essencial da vida democrática, a dinâmica da sociedade civil em contrapeso ao Estado omnipresente e às diversas formas de exercício do poder. Será que estamos a viver uma crise estrutural no movimento associativo em Portugal? A ser assim, que vias podem ser consideradas para a debelar?

Sobre estas questões fomos ouvir Rui d’Espiney, Director da Animar e a ICE - Instituto das Comunidades Educativas, que recentemente incentivou a realização do Iº Congresso da Democracia Participativa e do Associativismo.

VV - Com a adesão à União Europeia assistiu-se a uma revitalização do associativismo em Portugal, em particular daquele ligado com o desenvolvimento local e rural, ao terceiro sector e ainda à economia social.

Mas o seu desenvolvimento, ao longo destes anos, tem estado ligado ao financiamento público de programas e projectos. Será que a redução das verbas e a previsão de um acesso mais restrito e mais condicionado aos Fundos Comunitários do próximo quadro comunitário vai implicar o desaparecimento de um número elevado de associações? E estas estão condenadas a uma morte lenta ou podem sobreviver?

RE - Pouco depois do 25 de Abril, em estreita ligação com a Educação de Adultos – e, em particular, com as campanhas de alfabetização que se realizaram – mas também pela tomada de consciência da importância estratégica de se intervir tendo em vista a promoção da saúde, da cultura e da própria economia, irrompem aqui e ali iniciativas que visam um desenvolvimento de base territorial, em especial no mundo rural mas também no mundo urbano. Projectos como o Radial, o ECO e os de Alcácer, de Águeda, da Amadora, de Aljustrel, de Paredes de Coura ou do Bairro de Alfama são, sem dúvida, fontes de animação e conhecimento, viabilizados por apoios financeiros exógenos (nomeadamente fundações) mas nascidos dos interesses estratégicos locais, dos anseios da população.

É nesse período que alguns nomes se destacam pelos contributos que trazem à reflexão sobre desenvolvimento local, animação popular e/ou educação de adultos.

Em justiça, pode dizer-se que a experiência e a reflexão assim acumuladas informaram, pelo menos em parte, o “boom” associativo que se deu – como ressalta da vossa pergunta – a seguir à adesão da União Europeia. Mas se informou, não creio que tenha enformado. O que ditou a multiplicação de ADL’s e, na maior parte dos casos, a orientação estratégica que as guiou foi – é essa a minha convicção – a possibilidade de acesso aos fundos avultados que essa adesão permitiu. Como dizia um dirigente que lutava pela viabilização da sua associação – e dos mais coerentes e empenhados – “não sou um corredor de fundo mas um corrector de fundos”.

E se num ou outro lugar até aconteceu que a busca destes apoios partiu de quem tinha uma perspectiva alternativa de desenvolvimento – vendo nesses apoios apenas uma oportunidade para a viabilizar e ampliar – bom número de associações constituiu-se, realmente, tendo por grande motivação a mera captação de financiamentos: veja-se, por exemplo, as que resultaram pura e simplesmente da iniciativa de municípios que, na verdade, funcionaram (e funcionam) como extensões das autarquias, como formas de obter financiamentos que a estas eram vedados de outro modo.

E o certo é que quer umas quer outras destas associações organizaram-se e cresceram à sombra desses financiamentos, empresariando-se e dependendo, actualmente, deles para sobreviver, pelo menos nas exactas condições em que existem e funcionam.

O facto de grande número destas associações, hoje, se assemelharem por aquilo que fazem só mostra que, de uma forma ou de outra, se tornaram instrumentos de políticas ... meros executores de planos concebidos a montante.

Enfim mais do que a revitalização do associativismo a que se refere a vossa pergunta, o que houve foi acima de tudo o triunfo de um certo “agencialismo” ... E, como é evidente, se houver quebra brusca de financiamento várias destas associações-agências entrarão em grandes dificuldades (o que, creio, até já está a acontecer).

Duas palavras me parecem, entretanto, necessárias para fechar esta questão:

Primeira, a minha opinião sobre o que se passou e passa com muitas das associações de desenvolvimento não significa que não considere algumas delas – que se revelam, de facto, focos de requalificação territorial.

Segunda, a pergunta que me é feita remete-nos essencialmente para as

chamadas ADL e não para as associações em geral. Seria de outra forma que falaria do que se passa com as associações organizadas em torno de causas ou de interesses estratégicos, com as colectividades ou com as pequenas organizações locais. Não o faço porque não é para tal que aponta o vosso questionamento.

Muitas associações, para sobreviver, têm concentrado a sua acção na prestação de serviços e/ou na gestão de programas co-financiados abandonando muitas vezes a sua missão original. É este um caminho desejável e possível?

Num certo sentido respondi a esta questão. Mas sempre acrescento algo:

Com o desenvolvimento, o que se deseja é a emancipação das populações, a constituição de caminhos alternativos à ordem social e económica dominantes e, como é obvio, não contribuem para tal as associações que se “agencializam”, tornando-se instrumentos de programas que visam a mera reprodução (ou quando muito a mudança quantitativa) da ordem vigente.

Isto não significa que eu seja contra toda e qualquer forma de prestação de serviço: Pode haver prestações de serviço que sirvam a mudança que se prossegue.

Por onde poderá passar a independência económica e política das associações, que inscrevem nos seus objectivos actividades de cidadania activa, mas não dispõem de recursos próprios para o seu funcionamento regular?

Não tenho uma resposta cabal a esta questão. Mas tenho algumas ideias que podem contribuir para a busca dessa resposta.

a) Para mim não há associativismo, se não houver promoção e produção de cidadania, isto é, se o associativismo não for cidadão. Ora a independência política é inerente ao associativismo cidadão.

b) A conquista da independência económica – no sentido de subsistência sem se depender de programas de financiamento do Estado – passa, pelo menos também, pelo combate que se trave contra as orientações a que obedecem tais programas.

c) Transformada em movimento toda a acção cidadão se autosustenta, pelo menos em grande medida.

d) Falar de cidadania activa pressupõe defender a afirmação e sucesso da Democracia Participativa, pilar da Democracia Plena, constitucionalmente consagrada.

Ora, da mesma forma que a Democracia Representativa precisa, para existir, que sejam facultados as condições do seu exercício porque não desejar e exigir a viabilização material da Democracia Participativa?

Pode ser estabelecida alguma analogia entre o financiamento dos partidos políticos que asseguram a base das relações políticas da democracia e as associações que garantem o dinamismo da sociedade civil, outra vertente fundamental do regime democrático?

Na questão anterior está contida a resposta a esta. Apenas acrescento que há países – caso da Suécia – em que as associações, só pelo facto de se constituírem, passam a ter direito, tal como os partidos, a um financiamento estatal.

Há vários anos que se fala num estatuto especial para o associativismo sobretudo numa nova visão da chamada concertação social. Não deveria existir uma presença institucional mais adequada e mais significativa das organizações de base associativa e cooperativa no quadro dos chamados parceiros sociais?

A questão do estatuto do associativismo é uma; a da concertação social é outra.

a) Defender que há direitos das associações e dos activistas associativos que devem ser reconhecidos parece-me correcto. Não vejo que se aceite que haja prerrogativas inerentes ao exercício de funções na Democracia Representativa e que se negue a legitimidade de se garantir a “protecção” necessária ao bom desempenho de funções nas formas organizadas de Democracia Participativa que são as associações.

b) Já tenho muitas dúvidas quanto ao que pode trazer o inserir das associações e cooperativas nos mecanismos de concertação social. Em meu entender, estes mecanismos acabam, na prática, por constituir um meio através do qual os poderes instituídos asseguram a ordem e enquadram o “mal-estar”. Em última análise protegem a Democracia Representativa, ajudando a que esta se não questione e reconfigure.

Ora, o que se impõe, é que a Democracia Participativa entre em interacção directa com a Democracia Representativa forçando esta a funcionar em novos moldes.

Naturalmente, as associações e cooperativas devem aproveitar toda e qualquer oportunidade para (inter)agir com os poderes instituídos, na busca

de justiça, de transparência e de reconhecimento dos seus direitos ... Mas todo o passo que se der no sentido de institucionalizar tais interações, tenderá, receio bem, a traduzir-se num abraçar dos paradigmas que guiam e orientam a ordem societária dominante.

Qual é a importância das associações na criação de emprego e na facilitação de experiências profissionais, sabendo-se que é um sector sem fins lucrativos?

Esta questão deixa-me um pouco atónito.

a) O facto de as associações não terem fins lucrativos nada tem a ver com a criação de emprego. Interessados – como devem ser e estar as associações cidadãs – no combate ao desemprego e ao desenvolvimento profissional, as associações podem e devem promover todas as iniciativas que levem ao empreendedorismo, à valorização profissional, à criação e melhoria das condições de vida.

b) Os postos de trabalho que as associações criam em ordem a viabilizar os projectos que animam não são incompatíveis com a circunstância de não prosseguirem fins lucrativos.

c) Em última análise está em causa, a busca de uma economia alternativa à vigente, uma economia que não deixa de pressupor a criação de postos de trabalho, ainda que no quadro da nova ordem (que se deseja).

As associações não escapam a muitas das pressões existentes para auto-condicionarem a sua independência. Por vezes cedem a imperativos relacionados com as bases financeiras que se relacionam com a sua sobrevivência e nem sempre tomam posições públicas em defesa dos seus princípios. Estaremos a caminhar para um movimento associativo domado e ao serviço dos que detêm o dinheiro e o poder?

Por tudo o que digo atrás é evidente que concordo com o vosso enunciado: “muitas associações, por medo de perderem os apoios, autocensuram-se”. Mas não se pode universalizar esta afirmação.

É verdade, que os poderes constituídos têm trabalhado (e continuam a trabalhar) no sentido de “dar ao país” um movimento associativo domado – e ao serviço dos que detêm o dinheiro e de si próprios.

Mas a verdade, também, é que vivemos um momento em que tomam corpo

vários movimentos de cidadãos. A própria Animar fez (e acho que faz) parte de um movimento a favor da afirmação da Democracia Participativa e de uma nova relação do Estado com as associações.

À intenção de nos domarem contrapõe-se a determinação de muitos de nós de nos emanciparmos.

Face às dificuldades existentes nem sempre é realizado um debate aberto e combativo. Como se pode justificar que as associações não estejam na primeira linha da utilização das novas modalidades de debate público como os fóruns na internet, as redes sociais e os movimentos cidadãos cibernéticos?

É certo que durante muito tempo se não travou o “debate aberto e combativo” que as dificuldades impunham. Mas penso que as coisas estão a mudar. Com efeito:

a) há que reconhecer que um número significativo de associações se implicou no processo que conduziu à realização do *Congresso do Associativismo e da Democracia Participativa*, onde o debate foi “aberto e combativo”;

b) o grupo de cidadãos que, após o Congresso em questão, prosseguiu (e prossegue) com o processo, disponibilizou vários dispositivos de apoio ao debate: um *blog*, um espaço no *facebook* e uma *mailing list*.

Acrescente-se que tão ou mais importante como a capacidade (e predisposição) de resposta das associações é o que se passa a nível dos cidadãos em geral ... e o facto é que estes – recorrendo às tecnologias mais “na berra” – estão a mexer, como bem o provou a célebre e grandiosa manifestação de professores convocada por telemóvel e como bem o prova o movimento da “Geração à Rasca”.

Eu quero um associativismo forte e combativo mas na medida em que este intervenha como sustentáculo da Democracia Participativa, lado a lado com outros movimentos de cidadãos para o futuro.

Entrevista realizada por António Barata e Carlos Ribeiro (Vez e Voz)

Associativismo Cidadão e Espaço Público Democrático

Fernando Ilídio Ferreira*

EMERGÊNCIA E DESAFIOS DA CIDADANIA DEMOCRÁTICA

A cidadania não é algo natural e acabado; é uma construção social e histórica permanente, que inclui dimensões morais, políticas e jurídicas, estabelecendo um equilíbrio dinâmico entre valores fundamentais como os da igualdade e da liberdade.

Na construção da cidadania moderna, salienta-se, a partir do século XVIII, a importante conquista de direitos, resultante de revoluções, como a americana e a francesa, e de lutas operárias, sindicais, de mulheres, etc., pelo reconhecimento e pela dignidade, pela participação e representação livres e igualitárias e pelo usufruto comum desses direitos. Entre os direitos de cidadania incluem-se os direitos civis e políticos, conquistados ao longo dos séculos XVIII e XIX, e os direitos sociais (sociais, económicos, culturais, ambientais) conquistados

* ICE - Instituto das Comunidades Educativas e Universidade do Minho

ao longo do século XX. Sucintamente, podemos dizer que os direitos civis correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, segurança, ...; os direitos políticos relacionam-se com os direitos à participação eleitoral e à liberdade de associação, de reunião e de organização política e sindical; e os direitos sociais dizem respeito aos direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança social, em suma, ao bem-estar social.

Autores contemporâneos, como Taylor e Habermas, defendem que as novas lutas pela cidadania implicam uma política do reconhecimento e da dignidade e uma nova relação entre Estado de direito e democracia. Com efeito, identificar cidadania e democracia pode constituir um equívoco: “A relação entre cidadania e democracia é problemática, pois se o abusivo peso da igualdade colectiva sufoca as liberdades individuais, o contrário também é verdadeiro, o excesso de liberdade individual reprime as perspectivas de sobrevivência de um “mundo comum”. Entre um e outro caso, expandem-se as tentativas de se conciliarem cidadania e democracia, mediante experiências de democracias participativas que buscam incluir e harmonizar os ganhos da representação (escolha indirecta) individual e da assembleia (escolha directa) colectiva, ao mesmo tempo em que se reconhece a possibilidade de divergências” (Martins, 2009, p 58)¹.

QUE ENTENDEMOS POR ASSOCIATIVISMO CIDADÃO?

A utilização do qualificativo “cidadão” para reflectirmos sobre o tema do associativismo tem como objectivo, desde logo, questionar a ideia de que a cidadania é uma característica natural e inerente a todas as associações e a todas as suas práticas de intervenção na sociedade. A uma visão encantada e apologética do associativismo, que é frequentemente transmitida por representantes de associações e por representantes dos poderes políticos, nacionais e locais – que muitas vezes utilizam o elogio como estratégia de instrumentalização e domesticação das associações – pensamos que é necessário contrapor uma visão crítica, que considere as potencialidades, os problemas e as dificuldades das associações e, sobretudo, o seu projecto concreto, as suas práticas quotidianas e o seu papel na sociedade.

1) *In Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina/CES, 2009*

O elogio das “virtudes cívicas” do associativismo é muitas vezes recebido com agrado pelas associações, vendo nele uma forma de reconhecimento, ignorando, todavia, que se trata de um discurso meramente retórico, cerimonial e circunstancial. Aliás, nos últimos anos, a utilização de expressões como “civismo”, “formação cívica” e “associativismo cívico”, em detrimento de outras, como “cidadania”, “educação democrática” e “associativismo cidadão”, é reveladora de uma metamorfose que está a operar-se na sociedade, em geral, e no mundo associativo, em particular. Ou seja, enquanto a perspectiva do “civismo” e da “civildade” remete para o cumprimento das regras do “bom comportamento”, ditadas pelo sistema vigente, baseando-se numa lógica de obediência e de mera adaptação às características e às condições do mundo em que vivemos, a perspectiva da “cidadania” insere-se numa lógica de transformação da sociedade, que está hoje, mais do que nunca, a ser comandada pelos chamados “mercados”.

Os Estados e as sociedades nacionais estão actualmente dominados pelas lógicas dos mercados financeiros globais, os quais escapam às formas clássicas de regulação efectuadas pelo poder político. Com efeito, ao longo das três últimas décadas o poder político passou a ser dominado pelo poder económico e financeiro e, conseqüentemente, os cidadãos foram transformados em meros clientes e consumidores.

Por esta e por outras razões, a situação económica e social em que nos encontramos está a passar de difícil a dramática. Por exemplo, em Portugal, os dados e estimativas recentes revelam que cerca de 500 mil pessoas vivem em situação de pobreza extrema, recorrendo à ajuda dos bancos alimentares para não passarem fome, e mais de 2 milhões (cerca de 22% da população) vivem com menos de 414 euros mensais. O factor que mais tem contribuído para esta situação é o aumento do desemprego, que se situa actualmente acima dos 10% (cerca de 600 mil desempregados). O Nobel da Economia, em 1998 – Amartya Sen – e o Nobel da Paz em 2006 – Muhammad Yunus e Grameen Bank – chamaram vivamente a atenção para este problema, considerando que a pobreza é incompatível com o direito básico e universal da liberdade humana: uma pessoa com fome não é livre (Sen); a pobreza é uma ameaça à paz e é a negação de todos os direitos humanos (Yunus).

Por exemplo, o trabalho precário, o desemprego e a pobreza afectam a democracia, na medida em que limitam as possibilidades de participação cidadã.

Portanto, o associativismo cidadão faz apelo a um pensamento e a uma acção de resistência, de rebeldia e de afirmação de alternativas; de combate às desigualdades sociais e a todas as formas de exclusão; de promoção da coesão social; de revitalização da cidadania democrática; de luta pela dignidade humana. Não se trata apenas de questões terminológicas. Por exemplo, as duas perspectivas acima referidas — civismo e cidadania — distinguem-se na forma como o Estado e as organizações da sociedade civil, em particular as associações, encaram e lidam com as pessoas: ora como meros consumidores e clientes de produtos e serviços, ora como cidadãos livres e iguais, respeitando a diversidade e a individualidade. Outro exemplo prende-se com o modo como são tratados os fenómenos do desemprego, da pobreza e de todas as formas de exclusão: ora são tratados através de políticas e práticas assistencialistas, de cariz meramente caritativas e paliativas, ora mediante políticas e práticas emancipatórias, ancoradas em valores democráticos de liberdade, igualdade e solidariedade.

AS ASSOCIAÇÕES E A SUA DUPLA VERTENTE POLÍTICA E ECONÓMICA

Ao lançarmos este debate sobre o “associativismo cidadão” pretendemos estabelecer uma relação entre o associativismo e a cidadania democrática. A este respeito, Jean-Louis Laville chama a atenção para uma dupla invenção do fenómeno associativo: a invenção democrática e a invenção solidária, considerando, portanto, a dupla vertente política e económica. Este autor defende que o reforço da democracia e a humanização da economia passam, em grande medida, pelo associativismo, enquanto projecto constituído a partir de acções colectivas postas em prática por cidadãos livres e iguais, tendo por referência o bem comum.

Portanto, à luz de um conceito de associativismo cidadão, a opção das associações só pode ser a da luta pela transformação social, de modo a combaterem sentimentos de resignação e o fatalismo que têm vindo a instalar-se nas nossas sociedades, individual e colectivamente.

A acção associativa não se reduz a uma racionalidade utilitária baseada no cálculo e em jogos e relações de poder. O associativismo supõe outro tipo de modalidade do laço social e político, que é a solidariedade. Apesar das semelhanças que possam existir entre as associações e outras organizações produ-

tivas, as actividades económicas associativas são específicas, pois a solidariedade e a democracia constituem princípios de acção colectiva distintos da acção instrumental e utilitária. Diferentemente de organizações produtivas que assentam a sua acção na competição e no lucro, as associações são, essencialmente, espaços relacionais e comunicacionais. A recuperação da originalidade fundamental da associação passa, portanto, pela sua inscrição no espaço público democrático, reivindicando a liberdade e a igualdade entre os seus membros (Chanial e Laville, 2009)²

Neste sentido, o que as “associações cidadãs” necessitam e reivindicam, legitimamente, enquanto pilares e catalisadores da democracia participativa, é de formas concretas de reconhecimento social e político que lhes permitam passar da situação de mera sobrevivência em que muitas se encontram, para uma situação de sustentabilidade material que lhes permita assumir o seu papel interventivo na sociedade, não apenas com base numa concepção de “cidadania com direitos”, mas também numa concepção de cidadania activa e plural, tendo em conta a diversidade cultural. No mundo e no tempo em que vivemos, as associações assumem uma renovada importância, face à acentuação das desigualdades e das injustiças, ao aumento do desemprego e da pobreza, à emergência de novas formas de exploração e de exclusão. Deste modo, o “associativismo cidadão” pode contribuir activamente para contrariar a resignação e o fatalismo que está actualmente a impregnar o sentimento das pessoas e a debilitar a participação cidadã.

Todos sabemos que o mundo associativo é heterogéneo e as práticas das associações são bastante diferentes, quer nos seus modos de funcionamento interno, quer nas formas como se relacionam com a sociedade, com o Estado, com as pessoas e com as comunidades. Nem todas as associações se regem pelos princípios e valores da cidadania democrática; nem todas se constituem como espaços e sujeitos promotores e produtores de cidadania. Algumas associações podem já não ter nascido com base nesta ideia de associativismo cidadão; noutros casos poder-se-ão ter afastado desse caminho. Na verdade, nos últimos anos muitas associações transformaram-se em meras organizações de prestação de serviços, ou de gestão de programas de financiamento, ou de gestão da “questão social” através de práticas assistencialistas e caritativas.

2) *In Dicionário Internacional da Outra Economia*

A democracia participativa deixou de ser, para muitas associações, um princípio norteador da sua acção quotidiana. A dependência de apoios financeiros provenientes de entidades que têm o poder de os distribuir, muitas vezes sem qualquer definição de critérios de transparência e de justiça, colocam as próprias associações numa lógica de caridade face aos mecanismos de financiamento, obrigando-as a mendigar subsídios. Desta forma, tende a criar-se uma cultura de domesticação e de dependência das associações, contrária à ideia de associativismo cidadão. As alternativas passam pela acção associativa entendida como prática de liberdade; por um associativismo activo, livre e emancipatório.

ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃO E DEBATE

1. Se os actores associativos não forem capazes de reinventar novos caminhos, na perspectiva de um associativismo cidadão, quem o fará por eles?
2. Devem as associações resignar-se, actuando numa perspectiva de mera adaptação às conjunturas e circunstâncias, seguindo os caminhos mais fáceis e imediatistas, ou podem combater o fatalismo, o sentimento de que tudo é inevitável, o sentimento de impotência e a desesperança que se instalam, como se não houvesse ideias e práticas alternativas que são viáveis e pelas quais vale a pena lutar?
3. Como pode garantir-se a sustentabilidade material do associativismo cidadão, face às diversas formas de dependência em que se encontram?
4. Como mobilizar as associações para o debate crítico e aprofundado, de modo a contrariar o atrofiamiento da cidadania, quer na concepção da cidadania como direitos, quer na concepção de uma cidadania activa, expressa através de múltiplas formas de expressão da democracia participativa e deliberativa?

Outubro de 2010

Contributos do associativismo para a luta contra a exclusão

Se existe um impulso para a união de esforços com vista a ultrapassar dificuldades básicas que não possam ser resolvidas individualmente, a forma associativa para combater a pobreza e a exclusão é decerto uma das mais comuns e mais antigas. É certo que a modernidade, com o progresso e a democracia, trouxe a promessa de instituir sistemas de protecção organizados capazes de assegurar padrões de vida decentes para todos e eliminar o espectro da pobreza e exclusão. Mas essa promessa não foi cumprida, ou não foi suficientemente cumprida, até hoje.

A acção colectiva, cooperação ou associativismo voluntário para a defesa das necessidades básicas de existência são muito antigos e apresentam-se sob as formas mais diversas — entreatajuda camponesa, mutualismo operário, filantropismo, caridade cristã, solidarismo republicano — e, decerto, adequadas aos diferentes contextos económicos, políticos e culturais.

O seu êxito dependeu sempre de muitos factores e, em sociedades menos urbanizadas como as nossas actuais, ele esteve positivamente associado à partilha de interesses e objectivos entre o colectivo, ao interconhecimento e à confiança mútua, à proximidade social e cultural, aos recursos mobilizados, à existência de lideranças aceites e à ausência de *free riders*.

Hoje, esse tipo de associativismo, que poderíamos qualificar de proximidade, esbarra com o fenómeno da individualização gerado em sociedades hedonistas e competitivas, com a indiferença pelo sofrimento e pela miséria banalizados pelos média, com a derrocada das instituições que sempre conhecemos e em que confiávamos, com um discurso político falsamente emancipador, e perde, assim, força e seguidores.

O grande desafio que temos pela frente é reanimar o associativismo e a cooperação solidária e ajustá-los a um mundo feito de diversidades sociais e ocupacionais, de anonimato e desconhecimento, de vínculos esporádicos e contingentes, de multiplicidades culturais e étnicas, enfim de exigências conflituantes e de incertezas.

Tarefa difícil em que muitos estamos envolvidos e relativamente à qual algumas questões ganham de imediato pertinência:

- como mobilizar em torno de objectivos sociais pessoas que não se conhecem? como gerar a confiança necessária para a acção colectiva? Qual o cimento a usar para a mobilização – político?, religioso?, moral?, cívico? – e qual a sua valia?
- como alargar o espectro social do associativismo sem cair no filantropismo ou criar dependências clientelares? como envolver os destinatários das ajudas sem os degradar à condição de objectos? Como evitar que as associações se tornem em trampolins de promoção social e política?
- como promover acções consistentes, mobilizar recursos e promover inclusão de uma forma autónoma relativamente aos poderes económico e político? Como garantir a flexibilidade das respostas, a inovação e criatividade social e, ao mesmo tempo, evitar a institucionalização das associações na dependência do Estado?
- como assegurar, em simultâneo, a vida democrática da associação, a densificação das redes sociais e a participação incondicional dos destinatários? Como reorientar a força dos grupos primários e do associativismo de bairro para um associativismo de defesa de direitos sociais e de combate às desigualdades e às exclusões?
- como envolver e interessar as pessoas nos problemas das suas comunidades, dinamizar o espaço público da cidadania e aprofundar a democracia participativa através das associações?

A reflexão que proponho toma por base estas questões e faz apelo à experiência acumulada dos participantes, individuais e colectivos, para lhes dar resposta e contrariar, assim, o fatalismo em que a sociedade portuguesa se encontra mergulhada.

Pedro Hespanha (CES)

Outubro de 2010

